Edição em língua
portuguesa

Legislação

Índice

Actos adoptados em aplicação do título V do Tratado da União Europeia

2001/799/PESC:

- ★ **Posição Comum do Conselho, de 19 de Novembro de 2001, sobre o Ruanda** 1

2001/800/PESC:

- ★ **Projecto de Acção Comum do Conselho, de 19 de Novembro de 2001, que prorroga o mandato do Representante Especial da União Europeia para o processo de paz no Médio Oriente** 5

2001/801/PESC:

- ★ **Acção comum do Conselho, de 19 de Novembro de 2001, relativa ao apoio da União Europeia à constituição de uma presença multinacional temporária de segurança no Burundi** 7

I Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade

- ★ **Regulamento (CE) n.º 2241/2001 do Conselho, de 15 de Novembro de 2001, que altera o direito autónomo da pauta aduaneira comum aplicável ao alho do código NC 0703 20 00** 8

Regulamento (CE) n.º 2242/2001 da Comissão, de 19 de Novembro de 2001, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas 9

- ★ **Regulamento (CE) n.º 2243/2001 da Comissão, de 16 de Novembro de 2001, que altera o Regulamento (CE) n.º 1420/1999 do Conselho e o Regulamento (CE) n.º 1547/1999 da Comissão no que respeita às transferências de determinados tipos de resíduos para os Camarões, o Paraguai e Singapura ⁽¹⁾** 11

- ★ **Regulamento (CE) n.º 2244/2001 da Comissão, de 19 de Novembro de 2001, que altera o Regulamento (CE) n.º 1780/97, que estabelece as regras de execução do Regulamento (CE) n.º 723/97 do Conselho relativo à realização de programas de acção dos Estados-Membros no domínio dos controlos das despesas do FEOGA, secção «Garantia»** 16

⁽¹⁾ Texto relevante para efeitos do EEE

1

(Continua no verso da capa)

PT

Os actos cujos títulos são impressos em tipo fino são actos de gestão corrente adoptados no âmbito da política agrícola e que têm, em geral, um período de validade limitado.

Os actos cujos títulos são impressos em tipo negro e precedidos de um asterisco são todos os restantes.

* Regulamento (CE) n.º 2245/2001 da Comissão, de 19 de Novembro de 2001, que altera os anexos IIIB e VI do Regulamento (CE) n.º 517/94 do Conselho no que se refere aos contingentes para a República Federativa da Jugoslávia	17
* Regulamento (CE) n.º 2246/2001 da Comissão, de 19 de Novembro de 2001, que altera os Regulamentos (CE) n.º 1442/2001 e (CE) n.º 1954/2001 no que respeita às transferências autorizadas entre os limites quantitativos dos produtos têxteis e de vestuário originários da República da Índia	20
Regulamento (CE) n.º 2247/2001 da Comissão, de 19 de Novembro de 2001, respeitante aos certificados de importação em relação aos produtos do sector da carne de bovino originários do Botsuana, do Quênia, de Madagáscar, da Suazilândia, do Zimbabué e da Namíbia	22

Rectificações

Rectificação ao Regulamento (CE) n.º 2216/2001 da Comissão, de 15 de Novembro de 2001, que altera as taxas de restituições aplicáveis a certos produtos lácteos, exportados sob a forma de mercadorias não abrangidas pelo anexo I do Tratado (JO L 300 de 16.11.2001)	24
--	----

(Actos adoptados em aplicação do título V do Tratado da União Europeia)

**POSIÇÃO COMUM DO CONSELHO
de 19 de Novembro de 2001
sobre o Ruanda**

(2001/799/PESC)

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado da União Europeia, e, nomeadamente, o seu artigo 15.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Na Posição Comum 2000/558/PESC ⁽¹⁾, o Conselho definiu os objectivos e as prioridades da União Europeia em relação ao Ruanda.
- (2) Através da Acção Comum 96/250/PESC ⁽²⁾, o Conselho designou um enviado especial à Região dos Grandes Lagos.
- (3) O artigo 8.º do Acordo de Parceria entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros assinado em Cotonu, em 23 de Junho de 2000 ⁽³⁾, prevê o estabelecimento de um diálogo político entre a União Europeia e todos os Estados signatários do Acordo a fim de realizar os objectivos do mesmo, nomeadamente em matéria de paz, segurança e promoção de um clima político de estabilidade e democracia.
- (4) Dada a evolução da situação no Ruanda desde Setembro de 2000, a Posição Comum 2000/558/PESC deve ser revista,

ADOPTOU A PRESENTE POSIÇÃO COMUM:

Artigo 1.º

Os objectivos e as prioridades da União Europeia nas suas relações com o Ruanda consistem em encorajar, estimular e apoiar o processo de:

- restabelecimento do país dos efeitos do genocídio e promoção da reconciliação nacional,
- reconstrução e desenvolvimento,
- protecção e promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais,

— transição para a democracia.

Na medida em que a instabilidade na região possa contribuir para comprometer a realização destes objectivos, a União Europeia deve incentivar o Governo do Ruanda a contribuir, nomeadamente através da sua política externa, para a estabilidade regional, tal como tem vindo a fazer em relação a todas as outras partes envolvidas em conflitos na região.

Artigo 2.º

A União Europeia afirma que os progressos nas áreas a que se refere o artigo 1.º são primordialmente da responsabilidade do Governo do Ruanda. Para apoiar e encorajar esses esforços, a União Europeia prossegue um diálogo político construtivo e crítico com o Governo do Ruanda, nomeadamente através dos bons ofícios do seu enviado especial à Região dos Grandes Lagos, com base nas disposições a seguir enunciadas.

Artigo 3.º

Relativamente à componente regional da política externa e de segurança do Governo do Ruanda, a União Europeia:

- a) Insta o Governo do Ruanda a cumprir os compromissos assumidos, nomeadamente em Lusaka (Julho de 1999), Kampala (Abril de 2000) e Harare (Dezembro de 2000), a favor de uma solução negociada, pacífica e rápida da crise na República Democrática do Congo (RDC), e a respeitar as resoluções aplicáveis do Conselho de Segurança relativas à retirada das forças estrangeiras da RDC, nomeadamente, as Resoluções 1304 (2000), 1341 (2001) e 1355 (2001);
- b) Atribui grande importância a que as tropas do Ruanda presentes na RDC, assim como os outros beligerantes, cumpram as obrigações que lhes incumbem de acordo com o direito humanitário internacional e a defesa dos direitos humanos;
- c) Convida o Governo do Ruanda a promover o diálogo e a procura sistemática de qualquer solução pacífica com as autoridades competentes dos estados limítrofes implicados nas crises no Congo e no Burundi;
- d) Solicita às autoridades ruandesas, tal como já o fez em relação a todas as partes envolvidas no conflito, que tomem na devida consideração as recomendações e medidas que a ONU poderá adoptar em relação à exploração ilegal das riquezas naturais da RDC.

⁽¹⁾ JO L 236 de 20.9.2000, p. 1.

⁽²⁾ JO L 87 de 4.4.1996. Acção Comum prorrogada pela última vez pela Acção Comum 2000/347/PESC (JO L 122 de 24.5.2000, p. 6).

⁽³⁾ JO L 317 de 15.12.2000, p. 3.

Artigo 4.º

Quanto à situação no Ruanda, os esforços da União Europeia assentam nos seguintes princípios:

a) Em matéria de reconciliação e de partilha do poder, a União Europeia incentiva e apoia a reconciliação entre todos os ruandeses, dentro e fora do país, através do diálogo com todos os grupos que rejeitem a violência e o genocídio. A União Europeia recorda que esse diálogo se deve orientar para uma melhor partilha do poder, a democratização do país, a reconstrução nacional e a protecção das minorias. Embora tenha em consideração a responsabilidade do Governo nesta matéria, a União Europeia salienta a importância que atribui à independência de actuação da Comissão para a Reconciliação e a Unidade Nacional, bem como ao seu carácter representativo. Nesse contexto, a União Europeia considera importante que esta Comissão disponha de um programa de acção claramente definido que a União poderá eventualmente apoiar;

b) Em matéria de democratização, a União Europeia:

- salienta a importância do respeito pelos equilíbrios políticos previstos na lei fundamental do Ruanda e incita o Governo do Ruanda e a Comissão Constitucional e Jurídica a redigir uma nova Constituição, destinada a criar um quadro institucional renovado para o país, a garantir a protecção eficaz dos direitos civis e políticos dos ruandeses, a preservação da coesão social e a salvaguarda das liberdades e dos direitos fundamentais,
- regista com satisfação a criação de uma Comissão Eleitoral Nacional que organizou em Março de 2001 as eleições autárquicas,
- salienta o empenho que esta comissão deve ter na independência, para conferir credibilidade aos processos eleitorais e convida as autoridades a garantir a efectiva independência da Comissão Eleitoral,
- insta o Governo do Ruanda a estabelecer um sistema eleitoral que permita a realização de eleições livres e regulares, garantindo o direito de todos os ruandeses e de todos os sectores da sociedade (incluindo os partidos políticos) a exprimirem as suas opiniões, a liberdade de expressão e a participação da sociedade civil no debate público, bem como a transparência de todo o processo eleitoral e da legislação eleitoral,
- incita o Governo do Ruanda a definir com clareza o seu calendário de democratização e a preparar activamente a realização dos diversos processos eleitorais que devem decorrer antes do fim do período de transição, em 2003,
- exorta o Governo do Ruanda a continuar a reforçar as competências, os poderes e os meios de que dispõem as autoridades locais eleitas, a fim de garantir a participação das populações locais nos processos político e de desenvolvimento, e continua disposta a apoiar esses processos através de medidas adequadas, bem como a

prosseguir o seu apoio ao movimento de descentralização iniciado pelo Governo em Maio de 2000;

c) Em relação ao sistema judicial e à administração da chamada justiça «Gacaca» (justiça participativa assente em órgãos jurisdicionais consuetudinários), a União Europeia:

- reconhece o papel construtivo que os «Gacaca» podem desempenhar na resolução dos problemas resultantes do genocídio de 1994, nomeadamente para acelerar o julgamento das pessoas suspeitas de terem participado no genocídio, que ainda se encontram detidas,
- salienta a necessidade de se implementar o mais rapidamente possível o sistema da «Gacaca», tendo em conta os direitos fundamentais de todas as partes interessadas,
- neste contexto, incentiva o Governo do Ruanda e o Supremo Tribunal a garantir que a administração da justiça «Gacaca» se processe segundo as normas internacionais em matéria de direitos humanos,
- incentiva igualmente os órgãos jurisdicionais «Gacaca» a erigirem, de um modo geral, a clemência como um princípio de base da sua abordagem e a salvaguardar os direitos garantidos pela lei, tanto aos acusados, nomeadamente em matéria de defesa e de recurso, como às vítimas,
- incentiva ainda o Governo do Ruanda a garantir que sejam tomadas todas as disposições relativas a uma boa administração da justiça «Gacaca», nomeadamente no que se refere ao processo judicial junto desse órgão jurisdicional,
- continuará, com outros parceiros do Governo do Ruanda e de forma coordenada, a prestar o seu apoio ao sistema «Gacaca» estabelecido de acordo com os princípios acima enunciados,
- encoraja as autoridades do Ruanda a continuar a sensibilizar a população em geral, e os sobreviventes do genocídio em particular, para a necessidade de aceitarem esses princípios, a fim de resolver o problema da impunidade e a obter simultaneamente uma solução pragmática para o problema alarmante de uma vasta população prisional que aguarda julgamento em condições de detenção precárias,
- exorta o Governo do Ruanda a prosseguir os seus esforços para diminuir a população prisional (sobretudo, os grupos vulneráveis, como os idosos, os inválidos e os doentes, os presos actualmente menores ou menores à data em que foram detidos) e a sua campanha de sensibilização, nomeadamente acelerando a concretização da sua decisão, anunciada em 1998, de libertar os prisioneiros sem culpa formada, ou cujos processos se encontram incompletos,
- regista com agrado, neste contexto, a realização de «Gacaca» preliminares de instrução que permitiram a libertação de vários prisioneiros sem culpa formada,

- apoia os trabalhos do Tribunal Penal Internacional de Arusha, designadamente intensificando os seus esforços no sentido de garantir que todos os Estados entreguem ao Tribunal todas as pessoas que por este tenham sido acusadas de genocídio e de outras violações graves do direito internacional humanitário. A União Europeia procura reforçar cada vez mais a eficácia administrativa do Tribunal,
 - exorta o Governo do Ruanda a cumprir integralmente as suas obrigações decorrentes do Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos, assim como a respeitar outras salvaguardas internacionais relativas à pena de morte; exorta-o também vivamente a ponderar a abolição da pena de morte,
- d) Em relação à política de concentração dos camponeses em aldeamentos, a União Europeia:
- incentiva o Governo do Ruanda a prosseguir a reflexão crítica que já havia iniciado a esse respeito,
 - regista com interesse que o Governo do Ruanda enquadra agora esta questão no contexto do seu programa estratégico de redução da pobreza;
- e) Em relação aos direitos humanos, a União Europeia:
- regista com decepção que o mandato do Representante Especial da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos não foi prorrogado,
 - exorta, no entanto, o Governo do Ruanda a prosseguir a cooperação com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos,
 - exorta o Governo do Ruanda a promover e a proteger de uma forma concreta os direitos humanos de todos os ruandeses, garantindo designadamente a independência e a eficácia da Comissão Nacional dos Direitos Humanos e facilitando a acção das organizações de defesa dos direitos humanos implantadas no Ruanda,
 - incita a Comissão Nacional dos Direitos Humanos a continuar a colaborar com as organizações não governamentais (ONG) apropriadas, a intensificar a sua acção e a acelerar a aplicação do seu programa de acção, a que a União dá o seu contributo;
- f) Quanto à cooperação e ao desenvolvimento económico e social, a União Europeia salienta a estreita relação que existe entre a boa execução do programa estratégico de redução da pobreza e o prosseguimento dos esforços envidados pelo Governo do Ruanda, tendo em vista um regresso à paz e à segurança na região, especialmente na RDC, bem como a consolidação do processo de reconciliação e de democratização no Ruanda.

Constatando a persistência da presença ruandesa na RDC, motivada, do ponto de vista ruandês, pelas preocupações de segurança, a União Europeia insta o Governo do Ruanda a tomar iniciativas para resolver pacificamente o conflito na RDC, nos termos dos Acordos de Lusaka e Kampala, de acordo com as resoluções pertinentes do Conselho de Segu-

rança, nomeadamente a Resolução 1304, que possam influenciar a qualidade das relações de cooperação entre a União Europeia e o Ruanda sob reserva de uma análise circunstanciada pelas instâncias competentes;

- g) Quanto à reintegração na sociedade ruandesa dos sobreviventes do genocídio, dos soldados desmobilizados e de todas as outras pessoas deslocadas, a União Europeia incentiva e apoia os esforços do Governo do Ruanda no sentido de facilitar este processo, nomeadamente através da cooperação com as organizações internacionais competentes. Em particular, a União Europeia está disposta a prever um apoio à desmobilização do exército ruandês, bem como a um plano de desarmamento, desmobilização, regresso e reinserção das forças negativas (ex-FAR e Interahamwe).

A União Europeia declara-se convicta de que a questão do desarmamento dos grupos armados ruandeses que se refugiaram na RDC, à semelhança do desarmamento de outros grupos armados, não se pode resolver pela força, mas sim voluntariamente e de maneira mobilizadora no âmbito de acordos políticos entre os países envolvidos. A União Europeia exige assim que todos os Estados da região se abstenham de apoiar militarmente esses grupos. A União Europeia acolhe favoravelmente os programas elaborados pelo Governo do Ruanda para reintegrar os refugiados que entram no país e insta esse governo a continuar a desenvolver esses programas a fim de aceitar, com toda a segurança, todos os rebeldes que não estão implicados no genocídio nem em crimes de guerra, nomeadamente no âmbito das operações de desarmamento, desmobilização, regresso e reinserção previstas no Acordo de Lusaka.

Artigo 5.º

O Conselho regista que a Comissão tenciona dirigir a sua acção para a realização dos objectivos e prioridades da presente posição comum, eventualmente através da adopção das medidas comunitárias adequadas.

Artigo 6.º

Na aplicação da presente posição comum, a União Europeia trabalha em estreita cooperação com a Organização das Nações Unidas, a Organização de Unidade Africana e outras organizações interessadas.

Artigo 7.º

A aplicação da presente posição comum será sujeita a um acompanhamento regular. A presente Posição Comum será revista no prazo de 12 meses.

Artigo 8.º

A presente posição comum substitui a Posição Comum 2000/558/PESC.

Artigo 9.º

A presente posição comum produz efeitos à data da sua aprovação.

Artigo 10.º

A presente posição comum será publicada no Jornal Oficial.

Feito em Bruxelas, em 19 de Novembro de 2001.

Pelo Conselho

O Presidente

L. MICHEL

PROJECTO DE ACÇÃO COMUM DO CONSELHO
de 19 de Novembro de 2001
que prorroga o mandato do Representante Especial da União Europeia para o processo de paz no
Médio Oriente

(2001/800/PESC)

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado da União Europeia, e, nomeadamente, o seu artigo 14.º e o n.º 5 do seu artigo 18.º,

Considerando o seguinte:

- (1) A Acção Comum 2000/794/PESC, de 14 de Dezembro de 2000, que nomeia o Representante Especial da União Europeia para o processo de paz no Médio Oriente (¹), caduca em 31 de Dezembro de 2001.
- (2) Com base na reanálise da Acção Comum 2000/794/PESC, verifica-se que é necessário prorrogar o mandato do Representante Especial.
- (3) Importa igualmente garantir que a acção conduzida pela União Europeia no Médio Oriente seja coordenada e coerente.
- (4) Em 30 de Março de 2000, o Conselho aprovou o manual de instruções respeitante ao procedimento de nomeação e às disposições administrativas referentes aos representantes especiais da União Europeia (REUE),

ADOPTOU A PRESENTE ACÇÃO COMUM:

Artigo 1.º

É prorrogado o mandato de Miguel Angel Moratinos como Representante Especial da União Europeia para o processo de paz no Médio Oriente.

Artigo 2.º

O Representante Especial tem por mandato:

- a) Estabelecer e manter estreitos contactos com todas as partes intervenientes no processo de paz, os vários países da região, os Estados Unidos da América e outros países interessados e as organizações internacionais competentes, a fim de colaborar com os mesmos no reforço do processo de paz;
- b) Observar as negociações de paz entre as partes e estar preparado para oferecer os bons ofícios e a assistência da União Europeia, se tal for solicitado;
- c) Contribuir, sempre que necessário, para a execução dos acordos internacionais celebrados entre as partes e desenvolver com estas um diálogo diplomático em caso de incumprimento;
- d) Dialogar construtivamente com os signatários dos acordos inerentes ao processo de paz, a fim de promover a obser-

vância dos princípios essenciais da democracia, como o respeito pelos direitos humanos e o Estado de Direito;

- e) Informar as instâncias do Conselho sobre as possibilidades de intervenção da União Europeia no processo de paz e sobre a melhor forma de prosseguir as suas iniciativas e outras actividades em curso relacionadas com o processo de paz no Médio Oriente, inclusivamente quanto aos aspectos políticos de projectos de desenvolvimento relevantes da União Europeia;
- f) Acompanhar as acções de ambas as partes que possam prejudicar o resultado das negociações sobre o estatuto permanente;
- g) Desenvolver a cooperação comum em matéria de segurança no âmbito do Comité de Segurança Permanente da UE-Autoridade Palestiniana, criado em 9 de Abril de 1998;
- h) Contribuir para que as personalidades influentes da região tenham uma melhor compreensão do papel da União Europeia.

Artigo 3.º

1. O montante de referência financeira destinado a cobrir as despesas operacionais decorrentes da missão do Representante Especial para o ano de 2002 é de 1 100 000 euros.
2. O montante referido no n.º 1 é afectado ao financiamento das despesas do Fórum UE-Israel e dos Grupos de Trabalho sobre o Estatuto Definitivo, bem como das despesas ligadas à cooperação através do Comité de Segurança UE-Palestina.
3. A gestão das despesas financiadas pelo montante indicado no n.º 1 deve respeitar os procedimentos e as regras orçamentais da Comunidade Europeia.
4. A gestão das despesas operacionais é regulada por contrato entre o Representante Especial e a Comissão.

Artigo 4.º

1. O Representante Especial celebra um contrato com o Conselho.
2. O Representante Especial é responsável pela execução do seu mandato e pela constituição da sua equipa, em consulta com a Presidência assistida pelo Secretário-Geral/Alto Representante e em plena associação com a Comissão.
3. Os Estados-Membros e as instituições da União Europeia podem propor o destacamento de pessoal para trabalhar com o Representante Especial. A remuneração do pessoal destacado por um Estado-Membro ou por uma instituição da União Europeia junto do Representante Especial ficam a cargo do Estado-Membro ou da instituição da União Europeia em causa.

(¹) JO L 318 de 16.12.2000, p. 5.

4. As vagas para lugares de categoria A serão publicadas nos Estados-Membros e nas instituições da União Europeia e preenchidas pelos candidatos mais habilitados.

5. Os privilégios, imunidades e outras garantias necessárias à realização e ao bom funcionamento da missão do Representante Especial e do respectivo pessoal serão definidos entre as partes. Os Estados-Membros e a Comissão devem proporcionar todo o apoio necessário para o efeito.

6. A Presidência, a Comissão e/ou os Estados-Membros, consoante for adequado, prestam apoio logístico no terreno.

Artigo 5.º

O Representante Especial depende directamente do Secretário-Geral/Alto Representante, perante o qual responde pelas despesas administrativas incorridas a título das suas actividades.

Artigo 6.º

1. O Representante Especial apresenta, por iniciativa própria ou quando tal lhe for solicitado, relatórios periódicos ao Conselho, por intermédio do Secretário-Geral/Alto Representante. Estes relatórios devem ser igualmente transmitidos à Comissão.

2. A execução da presente acção comum é revista periodicamente, tendo nomeadamente em conta a sua evolução e a sua coerência com outras contribuições da União Europeia para a região.

3. Em especial, a Presidência, assistida pelo Secretário-Geral/Alto Representante, assegura a coordenação das actividades do Representante Especial e do Conselheiro da União Europeia nomeado ao abrigo da Acção Comum 2000/298/PESC do Conselho, de 13 de Abril de 2000, relativa à criação de um programa de assistência da União Europeia destinado a apoiar a Autoridade Palestiniana nos seus esforços para combater as actividades terroristas com origem nos territórios sob o seu controlo ⁽¹⁾.

Artigo 7.º

A presente acção comum entra em vigor em 1 de Janeiro de 2002.

A presente acção comum é aplicável até 31 de Dezembro de 2002.

Artigo 8.º

A presente acção comum será publicada no Jornal Oficial.

Feito em Bruxelas, em 19 de Novembro de 2001.

Pelo Conselho

O Presidente

L. MICHEL

⁽¹⁾ JO L 97 de 19.4.2000, p. 4.

ACÇÃO COMUM DO CONSELHO**de 19 de Novembro de 2001****relativa ao apoio da União Europeia à constituição de uma presença multinacional temporária de segurança no Burundi**

(2001/801/PESC)

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado da União Europeia, e, nomeadamente, o seu artigo 14.º,

Considerando o seguinte:

- (1) Em 29 de Outubro de 2001, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução 1375 (2001), na qual manifesta o seu acordo quanto aos esforços desenvolvidos pelo Governo da África do Sul e por outros Estados-Membros das Nações Unidas para apoiar a aplicação do Acordo de Arusha e apoia energeticamente, neste contexto, a constituição de uma presença multinacional temporária de segurança no Burundi, solicitada pelo Governo deste país, a fim de proteger os dirigentes políticos que regressam ao país e a constituir uma força de protecção pan-burundiana.
- (2) É necessária uma acção coordenada de apoio da União Europeia, destinada a executar as medidas enunciadas na presente Acção Comum e que permita lançar o processo de paz.
- (3) A evolução da situação em 2001 caracterizou-se por uma grande instabilidade, com duas tentativas de golpe de Estado e uma violência constante. A nível das negociações sobre a execução do Acordo de Paz assinado em Agosto de 2000, mesmo sem ter havido um cessar-fogo, registaram-se progressos substanciais em Julho de 2001, quando se chegou a um consenso sobre a forma de transição para a democracia e, em Outubro de 2001, quando foi tomada uma decisão relativa à protecção dos dirigentes da oposição que regressam do exílio. Essa protecção devia ser assegurada por uma presença multinacional temporária de segurança, cujas competências deveriam ser transferidas para uma força de protecção pan-burundiana.
- (4) Além do apoio do Conselho de Segurança das Nações Unidas, é essencial, para a viabilidade política desta iniciativa que tem por fim a segurança dos dirigentes da oposição que regressam do exílio, que o consenso entre os actores políticos no Burundi seja preservado e que o Acordo sobre o Estatuto das Forças, subscrito pelos Governos interessados e relativo às condições de destacamento e ao mandato da força multinacional temporária de segurança, seja respeitado.
- (5) A viabilidade a médio prazo dos objectivos visados na Resolução 1375 (2001) das Nações Unidas depende igualmente de uma contribuição financeira substancial do conjunto da Comunidade Internacional.

- (6) O Conselho regista que a Comissão tem a intenção de orientar a sua acção no sentido da realização dos outros objectivos e prioridades enunciados na Resolução 1375 (2001) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de modo a contribuir para a consolidação do processo de paz e para a execução do Acordo de Paz de Arusha, através de medidas comunitárias apropriadas,

ADOPTOU A PRESENTE ACÇÃO COMUM:

Artigo 1.º

No âmbito do seu apoio ao Acordo de Arusha e aos esforços dos burundianos para o aplicar, a União Europeia apoia a iniciativa de constituição de uma presença multinacional temporária de segurança no Burundi, destinada a proteger os dirigentes políticos que regressam ao país no âmbito da instalação de um governo de transição.

Artigo 2.º

1. A União contribui com um apoio financeiro para cobrir determinadas despesas da fase de destacamento da referida presença multinacional temporária de segurança no Burundi. O montante de referência é de 9,5 milhões de euros.

2. A gestão das despesas financiadas pelo montante indicado no n.º 1 deve respeitar os processos e regras orçamentais da Comunidade Europeia. As despesas são elegíveis a partir de 25 de Outubro de 2001.

Artigo 3.º

A presente acção comum entra em vigor na data da sua aprovação.

A presente acção comum caduca em 1 de Junho de 2002.

Artigo 4.º

A presente acção comum será publicada no Jornal Oficial.

Feito em Bruxelas, em 19 de Novembro de 2001.

Pelo Conselho

O Presidente

L. MICHEL

I

(Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade)

REGULAMENTO (CE) N.º 2241/2001 DO CONSELHO
de 15 de Novembro de 2001
que altera o direito autónomo da pauta aduaneira comum aplicável ao alho do código
NC 0703 20 00

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia, e, nomeadamente, o seu artigo 133.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Considerando o seguinte:

- (1) O acordo sob forma de troca de cartas entre a Comunidade Europeia e a República da Argentina, nos termos do artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994, sobre a alteração das concessões em relação ao alho, previstas na lista CXL anexa ao GATT foi aprovado, em nome da Comunidade, pela Decisão 2001/404/CE⁽¹⁾.
- (2) Por conseguinte, as condições de importação do alho foram alteradas nesse sentido, em 1 de Junho de 2001. O novo sistema sujeita a importação de alho do código NC 0703 20 00, fora do contingente GATT, a um direito aduaneiro composto por uma taxa *ad valorem* fixada em 9,6 % e um montante específico, fixado em 1 200 euros líquidos por tonelada.

- (3) Para permitir que este sistema desempenhe plenamente o seu papel, é conveniente aumentar o direito aduaneiro autónomo fixado na pauta aduaneira comum no mesmo montante específico que o previsto para o direito convencional extra contingente com efeitos a 1 de Junho de 2001,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

O direito aduaneiro autónomo do alho do código NC 0703 20 00 é composto por uma taxa *ad valorem* de 12 % e por um montante específico de 1 200 euros líquidos por tonelada.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é aplicável a partir de 1 de Junho de 2001.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 15 de Novembro de 2001.

Pelo Conselho

O Presidente

M. AELVOET

⁽¹⁾ JO L 142 de 29.5.2001, p. 7.

REGULAMENTO (CE) N.º 2242/2001 DA COMISSÃO
de 19 de Novembro de 2001
que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de
certos frutos e produtos hortícolas

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 3223/94 da Comissão, de 21 de Dezembro de 1994, que estabelece regras de execução do regime de importação dos frutos e dos produtos hortícolas⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1498/98⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 1 do seu artigo 4.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 3223/94 prevê, em aplicação dos resultados das negociações comerciais multilaterais do Uruguay Round, os critérios para a fixação pela Comissão dos valores forfetários de importação dos países terceiros, relativamente aos produtos e períodos que especifica no seu anexo.

- (2) Em aplicação dos supracitados critérios, os valores forfetários de importação devem ser fixados nos níveis constantes em anexo,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Os valores forfetários de importação referidos no artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 3223/94 são fixados como indicado no quadro constante do anexo.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor em 20 de Novembro de 2001.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 19 de Novembro de 2001.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 337 de 24.12.1994, p. 66.

⁽²⁾ JO L 198 de 15.7.1998, p. 4.

ANEXO

do regulamento da Comissão, de 19 de Novembro de 2001, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas

(EUR/100 kg)

Código NC	Código países terceiros ⁽¹⁾	Valor forfetário de importação
0702 00 00	052	85,3
	070	17,0
	096	12,7
	204	37,1
	999	38,0
0707 00 05	052	11,1
	999	11,1
0709 90 70	052	94,7
	999	94,7
0805 20 10	204	71,1
	999	71,1
0805 20 30, 0805 20 50, 0805 20 70, 0805 20 90	052	50,9
	204	76,2
	464	174,2
	999	100,4
0805 30 10	052	43,3
	388	30,5
	524	55,5
	528	52,9
	600	68,5
	999	50,1
0806 10 10	052	118,4
	064	89,0
	400	316,6
	508	357,9
	999	220,5
0808 10 20, 0808 10 50, 0808 10 90	060	38,0
	400	77,7
	404	92,9
	800	199,4
	999	102,0
0808 20 50	052	102,9
	400	121,6
	999	112,3

⁽¹⁾ Nomenclatura dos países fixada pelo Regulamento (CE) n.º 2032/2000 da Comissão (JO L 243 de 28.9.2000, p. 14). O código «999» representa «outras origens».

REGULAMENTO (CE) N.º 2243/2001 DA COMISSÃO
de 16 de Novembro de 2001
que altera o Regulamento (CE) n.º 1420/1999 do Conselho e o Regulamento (CE) n.º 1547/1999 da
Comissão no que respeita às transferências de determinados tipos de resíduos para os Camarões, o
Paraguai e Singapura

(Texto relevante para efeitos do EEE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 259/93 do Conselho, de 1 de Fevereiro de 1993, relativo à fiscalização e ao controlo das transferências de resíduos no interior, à entrada e à saída da Comunidade Europeia, ⁽¹⁾ com a última redacção que lhe foi dada pela Decisão 1999/816/CE da Comissão ⁽²⁾, e, nomeadamente, o n.º 3 do seu artigo 17.º,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1420/1999 do Conselho, de 29 de Abril de 1999, que estabelece regras e procedimentos comuns aplicáveis às transferências de determinados tipos de resíduos para certos países não membros da OCDE ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1800/2001 da Comissão, e, nomeadamente, o n.º 5 do seu artigo 3.º

Considerando o seguinte:

- (1) Em Janeiro de 2000, a Comissão enviou uma nota verbal a todos os países não membros da OCDE [bem como à Hungria e à Polónia, que ainda não aplicam a Decisão C(92)39 final da OCDE]. A referida nota verbal tinha três objectivos distintos: a) informar esses países sobre os novos regulamentos da Comissão; b) solicitar uma confirmação das respectivas posições indicadas nos anexos do Regulamento (CE) n.º 1420/1999 e do Regulamento (CE) n.º 1547/1999 da Comissão, de 12 de Julho de 1999, que determina, em conformidade com o Regulamento (CEE) n.º 259/93 do Conselho, os processos de controlo a aplicar às transferências de certos tipos de resíduos para certos países onde não é aplicável a Decisão C(92)39 final da OCDE ⁽⁴⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1800/2001; e c) obter uma resposta dos países que não haviam respondido em 1994.
- (2) De entre os países que responderam, o Paraguai notificou à Comissão que aceita a importação de certos resíduos enumerados no anexo II do Regulamento (CEE) n.º 259/93 sem qualquer processo de controlo. No que respeita aos outros resíduos, esses países indicaram que a sua posição se mantém inalterada (resposta de 1 de Março de 2000).
- (3) Singapura notificou à Comissão que aceita a importação de certos resíduos enumerados no anexo II do Regulamento (CEE) n.º 259/93 sem qualquer processo de

controlo ou após um controlo efectuado em conformidade com o processo aplicável relativamente aos resíduos enumerados no anexo III do mesmo regulamento («processo aplicável à lista laranja»). Relativamente aos outros resíduos, indicaram que a sua posição se mantém inalterada (resposta de 4 de Janeiro de 2001).

- (4) Em conformidade com o n.º 3 do artigo 17.º do Regulamento (CEE) n.º 259/93, o Comité criado pelo artigo 18.º da Directiva 75/442/CEE do Conselho, de 15 de Julho de 1975, relativa aos resíduos ⁽⁵⁾, com a última redacção que lhe foi dada pela Decisão 96/350/CE ⁽⁶⁾, foi notificado do pedido oficial apresentado por Singapura, em 11 de Janeiro de 2001, bem como do pedido oficial apresentado pelo Paraguai, em 8 de Fevereiro de 2001.
- (5) A fim de ter em conta a nova situação destes países, é necessário alterar simultaneamente o Regulamento (CE) n.º 1420/1999 e o Regulamento (CE) n.º 1547/1999.
- (6) No que respeita aos Camarões, é necessário alterar a secção GA do anexo A do Regulamento (CE) n.º 1420/1999 por forma a assegurar a compatibilidade com o Regulamento (CE) n.º 1547/1999.
- (7) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do comité criado pelo artigo 18.º da Directiva 75/442/CEE,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Os anexos A e D do Regulamento (CE) n.º 1547/1999 são alterados em conformidade com o anexo I do presente regulamento.

Artigo 2.º

O anexo A do Regulamento (CE) n.º 1420/1999 é alterado em conformidade com o anexo II do presente regulamento.

Artigo 3.º

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

⁽¹⁾ JO L 30 de 6.2.1993, p. 1.

⁽²⁾ JO L 316 de 10.12.1999, p. 45.

⁽³⁾ JO L 166 de 1.7.1999, p. 6.

⁽⁴⁾ JO L 244 de 14.9.2001, p. 19.

⁽⁵⁾ JO L 185 de 17.7.1999, p. 1.

⁽⁶⁾ JO L 194 de 25.7.1975, p. 39.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 16 de Novembro de 2001.

Pela Comissão
Pascal LAMY
Membro da Comissão

ANEXO I

Os anexos A e D do Regulamento (CE) n.º 1547/1999 são alterados do seguinte modo:

1. No anexo I, secção GC («outros resíduos que contenham metais»), no texto referente a Singapura é inserido o seguinte texto:

«GC 020 Resíduos electrónicos (por exemplo, circuitos impressos, componentes electrónicos, fios, etc.) e componentes electrónicos reciclados para a recuperação de metais comuns e preciosos»

2. No anexo D o texto relativo ao Paraguai é substituído pelo seguinte modo:

«Paraguai

1. Na secção GA [“Resíduos de metais e suas ligas sob forma metálica não susceptível de dispersão (*)”]:

GA 120	7404 00	Desperdícios, resíduos e sucata de cobre
GA 140	7602 00	Desperdícios, resíduos e sucata de alumínio
GA 150	ex 7802 00	Desperdícios, resíduos e sucata de chumbo
GA 160	7902 00	Desperdícios, resíduos e sucata de zinco
GA 170	8002 00	Desperdícios, resíduos e sucata de estanho
GA 430	7204	Desperdícios, resíduos e sucata de ferro ou aço

2. Todos os tipos na secção GH (“Resíduos de matérias plásticas sob forma sólida”).

3. Todos os tipos na secção GI (“Resíduos de papel, cartão e produtos papaleiros”)

4. Na secção GJ (“Resíduos de materias têxteis”):

GJ 010	5003	Resíduos de seda (incluindo os casulos de bichos-da-seda impróprios para dobar, os desperdícios de fios e os fiapos):
GJ 011	5003 10	— Não cardados nem penteados
GJ 030	5202	Resíduos de algodão (incluindo os resíduos de fios e os fiapos)
GJ 031	5202 10	Resíduos de fios
GJ 032	5202 91	Fiapos

5. Todos os tipos na secção GL (“Resíduos de cortiça e de madeira não tratados”)

GL 010	ex 4401 30	Resíduos e aparas de madeira, mesmo aglomerados sob a forma de troncos, briquetes, <i>pellets</i> ou similares
GL 020	4501 90	Resíduos de cortiça; cortiça triturada, granulada ou em pó

(*) “Não susceptível de dispersão” não inclui resíduos sob a forma de pós, lamas, poeiras ou outros sólidos que contenham resíduos líquidos perigosos».

3. No anexo D o texto relativo a Singapura é substituído pelo seguinte texto:

«Singapura

1. Na secção GA [“Resíduos de metais e suas ligas sob forma metálica não susceptível de dispersão (*)”]

GA 430	7204	Desperdícios, resíduos e sucata de ferro ou aço
--------	------	---

(*) “Não susceptível de dispersão” não inclui resíduos sob a forma de pós, lamas, poeiras ou outros sólidos que contenham resíduos líquidos perigosos».

ANEXO II

O anexo A do Regulamento (CE) n.º 1420/1999 é alterado do seguinte modo:

1. Na secção GA(Resíduos de metais e suas ligas sob a forma metálica não susceptível de dispersão) no texto referente aos Camarões, o texto:

«GA 130 7503 00 Desperdícios, resíduos e sucata de níquel»

passa a ter a seguinte redacção:

«GA 140 7602 00 Desperdícios, resíduos e sucata de alumínio».

2. O texto relativo ao Paraguai é substituído pelo seguinte texto:

«PARAGUAI

Todos os tipos, com excepção dos seguintes:

1. Na secção GA ["Resíduos de metais e suas ligas sob forma metálica não susceptível de dispersão (*)"]:

GA 120 7404 00 Desperdícios, resíduos e sucata de cobre

GA 140 7602 00 Desperdícios, resíduos e sucata de alumínio

GA 150 ex 7802 00 Desperdícios, resíduos e sucata de chumbo

GA 160 7902 00 Desperdícios, resíduos e sucata de zinco

GA 170 8002 00 Desperdícios, resíduos e sucata de estanho

GA 430 7204 Desperdícios, resíduos e sucata de ferro ou aço

2. Todos os tipos na secção GH ("Resíduos de matérias plásticas sob forma sólida")

3. Todos os tipos na Secção GI ("Resíduos de papel, cartão e produtos papeleiros").

4. Na secção GJ ("Resíduos de materias têxteis"):

GJ 010 5003 Resíduos de seda (incluindo os casulos de bichos-da-seda impróprios para dobrar os desperdícios de fios e os fiapos):

GJ 011 5003 10 — Não cardados nem penteados

GJ 030 5202 Resíduos de algodão (incluindo os resíduos de fios e os fiapos)

GJ 031 5202 10 Resíduos de fios

GJ 032 5202 91 Fiapos

5. Todos os tipos na secção GL ("Resíduos de cortiça e de madeira não tratados")

GL 010 ex 4401 30 Resíduos e aparas de madeira, mesmo aglomerados sob a forma de troncos, briquetes, *pellets* ou similares

GL 020 4501 90 Resíduos de cortiça; cortiça triturada, granulada ou em pó

(*) "Não susceptível de dispersão" não inclui resíduos sob a forma de pós, lamas, poeiras ou outros sólidos que contenham resíduos líquidos perigosos.»

3. O texto relativo a Singapura é substituído pelo seguinte texto:

«SINGAPURA

Todos os tipos, com excepção dos seguintes:

1. Na secção GA ["Resíduos e metais e suas ligas sob forma metálica não susceptível de dispersão (*)"]:

Os resíduos e desperdícios dos seguintes metais preciosos e suas ligas:

GA 010 ex 7112 10 — ouro

GA 020 ex 7112 20 — platina (o termo "platina" engloba a platina, o irídio, o ósmio, o paládio, o ródio e o ruténio)

GA 030 ex 7112 90 — outros metais preciosos, por exemplo a prata

NB: O mercúrio é explicitamente excluído enquanto componente destes metais ou das respectivas ligas ou amálgamas.

Os seguintes desperdícios, resíduos e sucata de metais não ferrosos e das respectivas ligas:

GA 120	7404 00	Desperdícios, resíduos e sucata de cobre
GA 130	7503 00	Desperdícios, resíduos e sucata de níquel
GA 140	7602 00	Desperdícios, resíduos e sucata de alumínio
GA 150	ex 7802 00	Desperdícios, resíduos e sucata de chumbo
GA 170	8002 00	Desperdícios, resíduos e sucata de estanho
GA 190	ex 8102 91	Desperdícios, resíduos e sucata de molibdénio
GA 250	ex 8108 10	Desperdícios, resíduos e sucata de titânio
GA 260	ex 8109 10	Desperdícios, resíduos e sucata de zircónio
GA 280	ex 8111 00	Desperdícios, resíduos e sucata de manganês
GA 300	ex 8112 20	Desperdícios, resíduos e sucata de crómio
GA 320	ex 8112 40	Desperdícios, resíduos e sucata de vanádio
GA 350	ex 8112 91	Desperdícios, resíduos e sucata de nióbio
GA 430	7204	Desperdícios, resíduos e sucata de ferro ou aço

2. Na secção GC ("Outros resíduos que contenham metais"):

GC 020		Resíduos electrónicos (por exemplo, circuitos impressos, componentes electrónicos, fios, etc.) e componentes electrónicos reciclados para a recuperação de metais comuns e preciosos
GC 070	ex 2619 00	Escórias provenientes da fabricação do ferro ou de aço carbono (incluindo aço fracamente ligado) excluindo as escórias produzidas especificamente para satisfazer os requisitos e normas nacionais e internacionais aplicáveis (**)

(**) Esta posição inclui as escórias utilizadas na obtenção do dióxido de titânio e de vanádio.

3. Na secção GD ("Resíduos provenientes de explorações minerais que se encontrem sob forma não susceptível de dispersão"):

GD 020	ex 2514 00	Resíduos de ardósia, mesmo aparada ou simplesmente serrada, ou de outro modo
--------	------------	--

4. Na secção GH ("Resíduos de matérias plásticas sob forma sólida"):

GH 013	ex 3915 30	Resíduos, desperdícios e aparas de matérias plásticas de: — Polémeros de cloreto de vinilo
--------	------------	---

(*) "Não susceptível de dispersão" não inclui resíduos sob a forma de pós, lamas, poeiras ou outros sólidos que contenham resíduos líquidos perigosos»

**REGULAMENTO (CE) N.º 2244/2001 DA COMISSÃO
de 19 de Novembro de 2001**

que altera o Regulamento (CE) n.º 1780/97, que estabelece as regras de execução do Regulamento (CE) n.º 723/97 do Conselho relativo à realização de programas de acção dos Estados-Membros no domínio dos controlos das despesas do FEOGA, secção «Garantia»

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 723/97 do Conselho, de 22 de Abril de 1997, relativo à realização de programas de acção dos Estados-Membros no domínio dos controlos das despesas do FEOGA, secção «Garantia» ⁽¹⁾, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2136/2001 ⁽²⁾ e, nomeadamente, o seu artigo 6.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 2136/2001, prolongou por dois anos o período de cinco anos previsto pelo Regulamento (CE) n.º 723/97 para a participação financeira da Comunidade nos programas de acção dos Estados-Membros.
- (2) Tendo em conta a data de entrada em vigor do Regulamento (CE) n.º 2136/2001, não foi possível à Comissão fixar o montante máximo da participação financeira da Comunidade para o ano 2002, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1780/97 da Comissão, de 15 de Setembro de 1997, que estabelece as regras de execução do Regulamento (CE) n.º 723/97 do Conselho, relativo à realização de programas de acção dos Estados-Membros no domínio dos controlos das despesas do FEOGA, secção «Garantia» ⁽³⁾, com a última redacção que lhe dada pelo Regulamento (CE) n.º 1890/98 ⁽⁴⁾. É, pois,

oportuno fixar, para o corrente ano, um novo prazo para a decisão da Comissão, bem como determinar as despesas aprováveis para cofinanciamento comunitário.

- (3) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité do FEOGA,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Ao artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1780/97 é aditado o seguinte n.º 2-A:

«2-A. Em derrogação do primeiro parágrafo do n.º 2, a Comissão fixará, com base nas informações fornecidas pelo Estado-Membro, o montante máximo da participação financeira da Comunidade para o ano 2002, em euros, no prazo de três meses a contar do prazo-limite de apresentação dos programas pelos Estados-Membros.

Só as despesas pagas depois de 1 de Janeiro de 2002 são aprováveis para cofinanciamento da Comunidade.»

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 19 de Novembro de 2001.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 108 de 25.4.1997, p. 6.

⁽²⁾ JO L 288 de 1.11.2001, p. 1.

⁽³⁾ JO L 252 de 16.9.1997, p. 20.

⁽⁴⁾ JO L 245 de 4.9.1998, p. 28.

REGULAMENTO (CE) N.º 2245/2001 DA COMISSÃO
de 19 de Novembro de 2001
que altera os anexos IIIB e VI do Regulamento (CE) n.º 517/94 do Conselho no que se refere aos
contingentes para a República Federativa da Jugoslávia

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 517/94 do Conselho, de 7 de Março de 1994, relativo ao regime comum aplicável às importações de produtos têxteis de determinados países terceiros, não abrangidas por acordos, protocolos ou outros convénios bilaterais ou por outras regras comunitárias específicas de importação ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2878/2000 da Comissão ⁽²⁾ e, nomeadamente, o seu artigo 5.º em conjugação com o n.º 4 do seu artigo 25.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 517/94, estabelece os limites quantitativos anuais aplicáveis às importações de determinados produtos têxteis originários da República Federativa da Jugoslávia.
- (2) Na sequência das mudanças políticas ocorridas na República Federativa da Jugoslávia em Outubro de 2000, este país participa agora plenamente no processo de estabilização e associação da UE e beneficia integralmente do regime comunitário de preferências comerciais com os países dos Balcãs Ocidentais, instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2007/2000 do Conselho, de 18 de Setembro de 2000, que adopta medidas comerciais excepcionais em favor dos países e territórios que participam ou estão ligados ao processo de estabilização e associação da União Europeia, que altera o Regulamento (CE) n.º 2820/98 e que revoga os Regulamentos (CE) n.º 1763/1999 e (CE) n.º 6/2000 ⁽³⁾ modificado pelo Regulamento (CE) n.º 2563/2000 ⁽⁴⁾.
- (3) Para poder ser conferido um mandato de negociação de um acordo bilateral relativo ao comércio de produtos têxteis, têm de ser resolvidas com a República Federativa da Jugoslávia algumas questões relacionadas com o comércio externo e o controlo aduaneiro.
- (4) O comércio de determinadas categorias de produtos têxteis está actualmente bloqueado porque os contingentes se esgotaram. A República Federativa da Jugoslávia solicitou um aumento de 20 % desses contingentes.

- (5) É conveniente aumentar os níveis de todos os contingentes para a República Federativa da Jugoslávia, tal como foi feito com a Croácia e a Bósnia-Herzegovina para o ano 2000, através do Regulamento (CE) n.º 7/2000 do Conselho ⁽⁵⁾, antes de negociar acordos têxteis bilaterais com estes dois países.
- (6) O ponto de partida para determinar este aumento deve ser a taxa de aumento dos contingentes por categoria, prevista no protocolo complementar ao Acordo de Cooperação entre a Comunidade Económica Europeia e a República Socialista Federativa da Jugoslávia sobre o comércio de produtos têxteis, concluído pela Decisão 90/649/CEE do Conselho ⁽⁶⁾.
- (7) Este aumento global deverá ser redistribuído pelas categorias mais carenciadas, dentro dos limites dos aumentos solicitados pela República Federativa da Jugoslávia.
- (8) O aumento dos níveis dos contingentes é aplicável a partir do início do ano 2001, a fim de absorver alguns pedidos de importação em suspenso.
- (9) O Regulamento (CE) n.º 517/94 deve ser consequentemente alterado.
- (10) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité dos Têxteis, tal como definido pelo Regulamento (CE) n.º 517/94,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Os textos dos anexos IIIB e VI do Regulamento (CE) n.º 517/94 passam a ter a redacção que lhes é dada no anexo do presente regulamento.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no dia da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

É aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2001.

⁽¹⁾ JO L 67 de 10.3.1994, p. 1.

⁽²⁾ JO L 333 de 29.12.2000, p. 60.

⁽³⁾ JO L 240 de 23.9.2000, p. 1.

⁽⁴⁾ JO L 295 de 23.11.2000, p. 1.

⁽⁵⁾ JO L 2 de 5.1.2000, p. 51.

⁽⁶⁾ JO L 352 de 15.12.1990, p. 120.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 19 de Novembro de 2001.

Pela Comissão
Pascal LAMY
Membro da Comissão

ANEXO

Os anexos IIIB e VI do Regulamento (CE) n.º 517/94 são alterados como segue:

1. O anexo IIIB é substituído pelo anexo seguinte:

«ANEXO IIIB

Limites quantitativos comunitários anuais a que se refere o n.º 1, quarto travessão, do artigo 2.º

REPÚBLICA FEDERATIVA DA JUGOSLÁVIA

Categoria	Unidade	Quantidade
1	Toneladas	2 309
2	Toneladas	2 848
2a	Toneladas	644
3	Toneladas	312
5	1 000 peças	794
6	1 000 peças	419
7	1 000 peças	241
8	1 000 peças	1 066
9	Toneladas	292
15	1 000 peças	308
16	1 000 peças	230
67	Toneladas	241»

2. O anexo VI é substituído pelo anexo seguinte:

«ANEXO VI

TRÁFEGO DE APERFEIÇOAMENTO PASSIVO**Limites quantitativos comunitários anuais a que se refere o artigo 4.º**

REPÚBLICA FEDERATIVA DA JUGOSLÁVIA

Categoria	Unidades	Quantidade
5	1 000 peças	1 483
6	1 000 peças	4 441
7	1 000 peças	2 170
8	1 000 peças	4 902
15	1 000 peças	2 548
16	1 000 peças	1 374»

**REGULAMENTO (CE) N.º 2246/2001 DA COMISSÃO
de 19 de Novembro de 2001**

que altera os Regulamentos (CE) n.º 1442/2001 e (CE) n.º 1954/2001 no que respeita às transferências autorizadas entre os limites quantitativos dos produtos têxteis e de vestuário originários da República da Índia

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

pedidos neste sentido apresentados pela República da Índia.

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

(3) Em 27 de Setembro de 2001, a República da Índia apresentou um pedido revisto de alteração das transferências autorizadas pelos referidos regulamentos.

Tendo em conta o Regulamento (CEE) n.º 3030/93 do Conselho, de 12 de Outubro de 1993, relativo ao regime comum aplicável às importações de certos produtos têxteis originários de países terceiros⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1809/2001 da Comissão⁽²⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 7.º,

(4) As transferências alteradas solicitadas pela República da Índia situam-se dentro dos limites das disposições em matéria de flexibilidade do Regulamento (CEE) n.º 3030/93.

Tendo em conta a notificação da República da Índia,

(5) Por conseguinte, afigura-se adequado deferir o pedido revisto em questão, devendo os Regulamentos (CE) n.º 1442/2001 e (CE) n.º 1954/2001 ser alterados em conformidade.

Considerando o seguinte:

(6) É desejável que o presente regulamento entre em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, a fim de que os operadores dele possam beneficiar no mais curto prazo.

(1) O n.º 6 do Memorando de Entendimento entre a Comunidade Europeia e a República da Índia sobre acordos em matéria de acesso dos produtos têxteis ao mercado, rubricado em 31 de Dezembro de 1994 e aprovado pela Decisão 96/386/CE do Conselho⁽³⁾, prevê que devem ser considerados favoravelmente certos pedidos da designada «flexibilidade excepcional» apresentados pela Índia na fixação de contingentes para os referidos produtos.

(7) As medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité dos Têxteis,

(2) O Regulamento (CE) n.º 1442/2001 da Comissão, de 16 de Julho de 2001, relativo à autorização de transferências entre os limites quantitativos de produtos têxteis e de vestuário originários da República da Índia e o Regulamento (CE) n.º 1954/2001 da Comissão, de 5 de Outubro de 2001, que autoriza transferências entre os limites quantitativos dos produtos têxteis e de vestuário originários da República da Índia⁽⁴⁾, conciliaram os dois

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

No anexo do Regulamento (CE) n.º 1442/2001, a coluna correspondente ao grupo IIB, categoria 26, é substituída pelo texto seguinte:

Grupo	Categoria	Unidade	Limite 2001	Nível de funcionamento ajustado	Quantidade em unidades	Quantidade em toneladas	%	Flexibilidade	Nível de funcionamento ajustado
«IIB	26	peças	19 546 000	20 914 220	3 100 000	1 000	15,9 %	Transferência da categoria 15	24 014 220
					- 1 550 000	- 500	7,95 %	Transferência para a categoria 2A	22 464 220»

Artigo 2.º

No anexo do Regulamento (CE) n.º 1954/2001, a coluna correspondente ao grupo IA, categoria 2A, é substituída pelo texto seguinte:

⁽¹⁾ JO L 275 de 8.11.1993, p. 1.

⁽²⁾ JO L 252 de 20.9.2001, p. 1.

⁽³⁾ JO L 153 de 27.6.1996, p. 53.

⁽⁴⁾ JO L 193 de 17.7.2001, p. 7.

Grupo	Categoria	Unidade	Limite 2001	Nível de funcionamento ajustado	Quantidade em unidades	Quantidade em toneladas	%	Flexibilidade	Nível de funcionamento ajustado
«IA	2A	kg	21 372 000	22 868 000	1 500 000	1 500	7 %	Transferência das categorias 3 e 26	24 368 000»

Artigo 3.º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 19 de Novembro de 2001.

Pela Comissão
Pascal LAMY
Membro da Comissão

**REGULAMENTO (CE) N.º 2247/2001 DA COMISSÃO
de 19 de Novembro de 2001**

respeitante aos certificados de importação em relação aos produtos do sector da carne de bovino originários do Botsuana, do Quénia, de Madagáscar, da Suazilândia, do Zimbabué e da Namíbia

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1706/98 do Conselho, de 20 de Julho de 1998, que fixa o regime aplicável aos produtos agrícolas e às mercadorias resultantes da sua transformação originários dos Estados da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e que revoga o Regulamento (CEE) n.º 715/90 ⁽¹⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 30.º,

Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1918/98 da Comissão, de 9 de Setembro de 1998, que fixa as normas de execução no sector da carne de bovino do Regulamento (CE) n.º 1706/98 do Conselho, relativo ao regime aplicável aos produtos agrícolas e a certas mercadorias resultantes da transformação de produtos agrícolas originários dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), e revoga o Regulamento (CE) n.º 589/96 ⁽²⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 4.º,

Considerando o seguinte:

- (1) O artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 1918/98 prevê a possibilidade de emitir certificados de importação em relação aos produtos do sector da carne de bovino. Todavia, as importações devem realizar-se nos limites das quantidades previstas para cada um destes países terceiros exportadores.
- (2) Os pedidos de certificados apresentados de 1 a 10 de Novembro de 2001, expressos em carne desossada, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1918/98, no que se refere aos produtos originários do Botsuana, Quénia, Madagáscar, Suazilândia, Zimbabué e Namíbia não são superiores às quantidades disponíveis para estes Estados. É, por isso, possível emitir certificados de importação para as quantidades pedidas.
- (3) É conveniente proceder à fixação das restantes quantidades em relação às quais podem ser pedidos certificados a partir de 1 de Dezembro de 2001, no âmbito da quantidade total de 52 100 toneladas.
- (4) Afigura-se útil recordar que o presente regulamento não prejudica a Directiva 72/462/CEE do Conselho, de 12 de Dezembro de 1972, relativa aos problemas sanitários e de polícia sanitária na importação de animais das espé-

cies bovina, suína, ovina e caprina e de carnes frescas ou de produtos à base de carne provenientes de países terceiros ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1452/2001 ⁽⁴⁾,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Os seguintes Estados-Membros emitem, em 21 de Novembro de 2001, os certificados de importação respeitantes aos produtos do sector da carne de bovino, expressos em carne desossada, originários de determinados Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico, em relação às quantidades e aos países de origem a seguir indicados:

Reino Unido:

- 400 toneladas originárias do Botsuana,
- 570 toneladas originárias da Namíbia,
- 14,5 toneladas originárias da Suazilândia.
- 3,53 toneladas originárias do Zimbabué.

Artigo 2.º

Podem ser apresentados pedidos de certificado, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1918/98, no decurso dos 10 primeiros dias do mês de Dezembro de 2001, em relação às seguintes quantidades de carne de bovino desossada:

Botsuana:	4 576 toneladas,
Quénia:	142 toneladas,
Madagáscar:	7 579 toneladas,
Suazilândia:	3 318,5 toneladas,
Zimbabué:	2 676,52 toneladas,
Namíbia:	3 257 toneladas.

Artigo 3.º

O presente regulamento entra em vigor em 21 de Novembro de 2001.

⁽¹⁾ JO L 215 de 1.8.1998, p. 12.
⁽²⁾ JO L 250 de 10.9.1998, p. 16.

⁽³⁾ JO L 302 de 31.12.1972, p. 28.
⁽⁴⁾ JO L 198 de 21.7.2001, p. 11.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 19 de Novembro de 2001.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

RECTIFICAÇÕES

Rectificação ao Regulamento (CE) n.º 2216/2001 da Comissão, de 15 de Novembro de 2001, que altera as taxas de restituições aplicáveis a certos produtos lácteos, exportados sob a forma de mercadorias não abrangidas pelo anexo I do Tratado

(«Jornal Oficial das Comunidades Europeias» L 300 de 16 de Novembro de 2001)

Na página 30, no considerando 1:

em vez de: «... 1 de Julho de 2001, ...»,

deve ler-se: «... 1 de Novembro de 2001, ...».